



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
RITO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

**TDL Nº 26/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/3000-0001797-3**

**CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – ÍNDICE**

1. DO OBJETO
2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA
3. DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL DA SESSÃO
4. DA PARTICIPAÇÃO
5. DA PROPOSTA DE PREÇOS
6. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA
7. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA: MODO ABERTO
8. DA NEGOCIAÇÃO
9. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
10. DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA
11. DO TERMO DE CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE
12. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO
13. DA FONTE DE RECURSOS
14. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO
15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**ANEXOS**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO III – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CONDIÇÕES GERAIS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – CGDL

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA – COM DISPUTA, com fulcro no Inciso II do artigo 75, da Lei nº 14.133/21. A presente dispensa reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei Estadual nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto Estadual nº 53.355, de 21 de dezembro de 2016; Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto Estadual nº 48.160, de 14 de julho de 2011; Decreto Estadual nº 55.717, de 13 de janeiro de 2021, Decreto Estadual 57.032, de 23 de maio de 2023, Decreto Estadual 57.034, de 23 de maio de 2023, Resolução nº 23/2023 DPGE/RS e pelas condições previstas neste Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica e seus anexos.

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica visa à contratação do objeto descrito e das condições especificadas no **Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

### 2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

2.1. O Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica poderá ser obtido no site [www.defensoria.rs.def.br](http://www.defensoria.rs.def.br) aba Serviços– Licitações, no endereço indicado no item 2.2., através do e-mail: [licitacao@defensoria.rs.def.br](mailto:licitacao@defensoria.rs.def.br) e também disponibilizado no Portal Nacional de Compras Públicas através do site <http://www.gov.br/pncp/pt-br>.

2.2. A sessão de disputa será realizada na forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação.

### 3. DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL DA SESSÃO

3.1. Recebimento e Abertura das propostas: às **13:00h** do dia **18/02/2025**.

3.2. Início da Disputa: às **14:00h** do dia **18/02/2025**.

3.3. Local: [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br)

3.4. Referência de tempo: será observado o horário de Brasília (DF).

3.5. Informações/consultas: poderão ser obtidas através do telefone (51) 3210-9354 ou pelo e-mail [licitacao@defensoria.rs.def.br](mailto:licitacao@defensoria.rs.def.br)

3.6. Informações técnicas sobre o objeto deste certame poderão ser obtidas através do telefone **(51) 3210/9340**.

3.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

não haja comunicação do agente de contratação em sentido contrário.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. A pessoa jurídica interessada em participar na presente Dispensa de Licitação Eletrônica deverá estar regularmente credenciada junto ao **Portal do Fornecedor RS**.

4.2. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Termo, poderá participar desta dispensa de licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, devidamente credenciada, cujo objeto social seja compatível com o objeto e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica e seus Anexos.

**4.3. O presente Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica é restrito à participação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/06 e alterações introduzidas pela LC 147/2014.**

4.4. Não poderá participar direta ou indiretamente desta Dispensa de Licitação Eletrônica o fornecedor enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

4.4.1. Declarado inidôneo pela Administração Pública;

4.4.2. Inscrito no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS;

4.4.3. Que estejam cadastradas no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativo no âmbito do Poder Judiciário Nacional, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92 e Resolução CNJ nº 44/07.

#### 5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os interessados deverão encaminhar proposta de preços até a data e hora marcada para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no item 2.2. deste Termo, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

5.2. Não poderá haver participante com mais de uma proposta por lote.

5.3. A proposta deve conter deverá conter as características técnicas do serviço ofertado, indicando os materiais a serem utilizados, quando solicitado e os serviços a serem prestados, além do valor total e de cada serviço.

5.4. Os participantes deverão consignar o valor da proposta já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.5. Caso haja diferença entre os valores expressos em algarismo e por extenso, considerar-se-á o último.

5.6. A proposta deverá também indicar o prazo de garantia de assistência técnica para os serviços ofertados, obedecendo às demais condições porventura estabelecidas **Anexo I – Termo de Referência**.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5.7. A proposta deve considerar a execução do objeto no local indicado no **Anexo I – Termo de Referência**.

5.8. O Prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. A proposta que não estipular o prazo de validade será considerada válida por 60 (sessenta) dias.

5.9. Deve ser informado o prazo de fornecimento: conforme descrito no **Anexo I – Termo de Referência**.

5.10. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas neste Termo de Dispensa de Licitação.

5.11. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Dispensa de Licitação.

5.12. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos participantes, anexando-se cópia das propostas aos autos do processo de Dispensa.

5.13. Somente os participantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

5.14. Durante a fase de lances, o agente de contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

5.15. No momento do envio da proposta, o participante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

5.15.1. Que tem conhecimento e atende a todas as exigências da documentação solicitada e das especificações técnicas previstas neste Termo de Dispensa de Licitação;

5.15.2. Que assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Defensoria Pública do Estado;

5.15.3. Que os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

5.15.4. Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

5.15.5. Que tem conhecimento das condutas passíveis de penalidades elencadas no item 15 deste Termo de Dispensa de Licitação e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021;

5.15.6. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, conforme item 4 deste Termo de Dispensa de Licitação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;

5.15.7. Que possui enquadramento empresarial como Microempresa ou Empresa de



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Pequeno Porte para fins de obtenção do tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, se for o caso;

5.15.8. Que, em sendo ME/EPP, possui ou não contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, no ano-calendário de realização desta dispensa de licitação, se for o caso;

5.15.9. Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

5.15.10. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.16. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação.

5.17. Nos casos de declaração falsa, o participante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Termo de Dispensa de Licitação.

5.18. Até data e hora marcadas como fim do recebimento de propostas, o participante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.19. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação, sujeitando-se o participante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.20. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Termo de Dispensa de Licitação, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

5.21. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do participante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.22. Não será admitida a subcontratação.

5.23. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o participante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

5.24. É de inteira responsabilidade do participante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta dispensa de licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

5.25. A proposta final deverá manter inalteradas as características dos serviços indicados no item 5.3.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5.26. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico informado no item 2.2.

## **6. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA**

6.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação.

6.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do participante credenciado conforme item 6 e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos.

6.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências da documentação prevista.

6.4. Caberá ao participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa de licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação durante a etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos participantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da dispensa de licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes.

6.6. No caso de desconexão do participante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

## **7. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA: MODO ABERTO**

7.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no item 3.2.

7.2. O Critério de Julgamento será o de menor preço por lote.

7.3. A partir da abertura das propostas, as empresas participantes terão conhecimento dos valores ofertados.

7.4. Durante o transcurso da sessão, os participantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

7.5. A partir do momento de início da etapa de lances, as empresas participantes poderão formular lances de menor valor, sendo informados sobre seu recebimento, com indicação de horário e valor.

7.6. Só serão aceitos novos lances cujos valores forem inferiores em relação ao último lance registrado pela própria empresa, respeitando o decremento mínimo de 0,1% (um décimo por cento) de intervalo percentual mínimo entre lances.

7.7. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.8. Será permitida a apresentação de lances intermediários.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 7.9. Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os participantes desistentes às sanções previstas neste Termo, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior, com justificativa aceita pelo Agente de Contratação.
- 7.11. Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.12. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 7.13. A disputa ocorrerá pelo modo aberto.**
- 7.14. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.15. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 7.16. Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida no item 7.14. deste Termo, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 7.17. No caso de a sessão encerrar sem prorrogação automática, o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances conforme item 7.14. mediante justificativa.

## **8. DA NEGOCIAÇÃO**

- 8.1. Após o encerramento da etapa de lances o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao participante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Termo de Dispensa de Licitação.
- 8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais participantes.

## **9. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 9.1. O Agente de Contratação convocará o participante classificado em primeiro lugar, para, em prazo não inferior a 01 (uma) hora, encaminhar, por meio eletrônico do sistema de disputa a proposta de preço adequada ao lance vencedor.
- 9.2. O Agente de Contratação verificará a proposta apresentada, e a desclassificará, motivadamente, se não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo e no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.3. O participante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Termo.
- 9.4. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

de pessoal da Defensoria ou de terceiros, para orientar sua decisão.

9.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do participante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.6. Havendo indicação de que a proposta apresentada seja inexequível, caberá ao Agente de Contratação realizar as diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do participante a demonstração.

9.6.1. Será considerada inexequível a proposta que não tenha demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

9.7. Será vencedor o participante que atender a íntegra do Termo de Dispensa de Licitação e ofertar o menor preço.

9.8. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

## **10. DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA**

10.1. O participante que apresentar a melhor proposta, durante a etapa competitiva, será convocado para apresentar os documentos previstos no item 10, em prazo a ser definido pelo Agente de Contratação, nunca inferior a 01 (uma) hora.

10.1.1. Os documentos devem ser apresentados através de upload em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado.

10.2. São exigidos os documentos abaixo discriminados.

### **10.3. Documentos de análise Jurídica:**

10.3.1. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

10.3.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.

10.3.4. Enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa, emitido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ou Órgão equivalente de outro Estado da Federação, ou, ainda, pela forma prevista no art. 39A da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, acompanhada da declaração na forma eletrônica, quando for o caso.

### **10.4. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

([https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva\\_Solicitacao.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_Solicitacao.asp)

);



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>), Estadual e Municipal da sede do participante;

10.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul independentemente da sede do participante (<https://www.sefaz.rs.gov.br/sat/CertidaoSitFiscalSolic.aspx>);

10.4.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>);

10.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>).

10.5. Além dos documentos relacionados nos itens 10.3 e 10.4 deste Termo, serão exigidos os documentos contidos no Termo de Referência, quando previstos.

10.6. Tratando-se de filial, os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.7. Os documentos do participante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

10.7.1. Caso a data de análise dos documentos não coincida com a data da abertura da sessão, e não seja possível ao Agente de Contratação verificar a validade dos documentos por meio de consulta a sites oficiais, o participante será convocado a encaminhar, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento da documentação requerida na data da convocação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8. As certidões exigidas que não tenham prazo de validade expresso em seu corpo ter-se-ão como válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua emissão.

10.9. Caso seja apresentado o Certificado de Fornecedor do Estado, acompanhado do anexo, emitido pela Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC, este substituirá apenas os documentos que contemple, desde que estejam vigentes.

10.10. Todos os documentos em que se exija assinatura devem ser assinados digitalmente ou firmados e digitalizados antes de sua remessa via sistema.

10.11. Nos casos de apresentação de documento falso, o participante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

previstas.

10.12. Quando da apreciação dos documentos do participante, o Agente de Contratação procederá ao que segue:

10.12.1. Se os documentos não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Termo de Dispensa de Licitação, o Agente de Contratação desclassificará o participante;

10.12.2. No caso de desclassificação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos mais vantajosos, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições deste termo descritos no item 8 deste termo, respeitada a ordem de classificação do participante que tenha apresentado lance.

10.13. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento.

## **11. DO TERMO DE CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**

11.1. O adjudicatário terá o prazo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar o contrato, se houver.

11.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Defensoria para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhar ao adjudicatário, mediante correspondência eletrônica, o termo de contrato para assinatura eletrônica avançada, conforme § 1º do art. 3º do Decreto nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

11.3. O prazo previsto no item 11.1. poderá ser prorrogado, por igual período, por discricionariedade da Administração ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de documentação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, será facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo participante vencedor.

11.4.1. Caso o adjudicatário não assine o contrato, proceder-se-á à análise dos requisitos de documentação dos participantes remanescentes.

11.4.1.1. Os participantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

11.5. Na hipótese de nenhum dos participantes aceitar a contratação nos termos do item 11.4., a Administração, observados o valor estimado, poderá convocar os participantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

11.6. Na hipótese de nenhum dos participantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5., a Administração, observados o valor estimado, poderá adjudicar e celebrar o



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

contrato nas condições ofertadas pelos participantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

11.7. Na hipótese do item 11.6., o participante remanescente convocado, fica obrigado a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvado o caso de vencimento da respectiva proposta, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

11.8. Em qualquer hipótese de convocação de remanescente, proceder-se-á à análise dos documentos, conforme item 10 deste Termo.

11.9. O Termo de Contrato, poderá ser substituído pela Autorização de Execução de Serviço – AES, conforme modelo do Anexo III – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – AES.

11.9.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar ou dar por recebido a Autorização de Execução de Serviço - AES.

11.9.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Defensoria para a assinatura da Autorização de Execução de Serviço - AES, a Administração poderá encaminhá-la:

11.9.2.1. Para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

11.9.2.2. Para recebimento, através de meio eletrônico que também deverá ser dado por recebido no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do seu envio.

11.9.2.3. No caso da Contratada não retornar com a confirmação de recebimento, o prazo será iniciado com a confirmação de leitura da mensagem eletrônica.

11.9.2.4. Se o adjudicatário, na ocasião de emissão da Autorização de Execução de Serviço - AES, não comprovar que mantém as mesmas condições de documentação, ou quando, injustificadamente, recusar-se ao recebimento da mesma, será facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do ajuste nas condições propostas pelo participante vencedor.

11.9.2.5. Caso o adjudicatário se recuse a receber a Autorização de Execução de Serviço – AES, proceder-se-á à análise dos requisitos de documentação dos participantes remanescentes.

11.9.3. Os participantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e receber a Autorização de Execução de Serviço – AES no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

11.9.4. Na hipótese de nenhum dos participantes aceitar a contratação nos termos do item 11.2.6., a Administração, observados o valor estimado, poderá convocar os participantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

11.9.5. Na hipótese de nenhum dos participantes aceitar a contratação nos termos do item 11.2.7., a Administração, observados o valor estimado, poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos participantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

11.9.6. Em qualquer hipótese de convocação de remanescente, proceder-se-á à análise dos requisitos de documentação, conforme item 10 deste Termo.

11.9.7. O prazo para envio da Autorização de Execução de Serviço – AES será de até 20 (vinte) dias a contar da emissão da nota de empenho.

11.9.8. O prazo de execução constará no Anexo II – Termo de Referência.

11.9.9. A prorrogação dos prazos de entrega dos serviços será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

11.10. Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS e ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, para identificar possível impedimento relativo ao participante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

## **12. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO**

12.1. A execução do objeto, estando de acordo com as especificações deste Termo de Dispensa de Licitação e da proposta de preços, será comprovada por meio de atestado de recebimento pela área requisitante, onde deverá constar o nome, número de matrícula, cargo/função do servidor responsável.

12.1.1. A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

12.1.2. O serviço recusado será considerado como não entregue.

12.2. O pagamento será feito contra Nota de Empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal. O documento fiscal deverá ser protocolizado via e-mail ao setor fiscal e deverá conter o detalhamento do fornecimento/serviço realizado.

12.3. Por se tratar de serviço, a Contratada deverá emitir somente Nota Fiscal de Serviço.

12.4. Considerando o disposto no Decreto nº 56.662/2022, as notas fiscais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2023 deverão observar as regras de retenção para o Imposto de Renda contidas na IN RFB 1234/2012.

12.4.1. No documento fiscal, no Campo "retenções federais" deve constar apenas o valor do IRRF, pois o Estado não possui convênio com a União para retenção e repasse dos demais tributos federais (PIS/COFINS/CSLL).

12.5. Em atendimento a Instrução Normativa nº 01/2015 do Tesouro do Estado, para empresas que ainda não possuem conta bancária cadastrada junto ao Portal de Finanças



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Públicas do Estado, deverá ser enviado comprovante de dados bancários para pagamento, podendo ser cópia de folha cheque, cópia do cabeçalho do extrato bancário ou cópia do cartão da conta, caso as informações bancárias não constem da proposta da empresa.

### **13. DA FONTE DE RECURSOS**

13.1. As despesas decorrentes da execução do objeto desta dispensa de licitação correrão por conta de recurso orçamentário previsto na cláusula terceira do **Anexo II - Minuta de Contrato**.

### **14. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

14.1. O adjudicatário deverá atender às obrigações previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato e as demais obrigações específicas ao objeto contratual estabelecidas no **Anexo I – Termo de Referência**.

### **15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

#### **15.1. Das Infrações Administrativas**

15.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o participante ou o contratado que:

15.1.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

15.1.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.1.5. Não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.1.6. Não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.1.7. Enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

15.1.1.8. Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.1.9. Fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.1.10. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;

15.1.1.11. Pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.1.12. Pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### **15.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

15.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio e 2021.

15.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

15.2.2.1. Advertência, para a infração prevista no item 25.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.2.2.2. Multa, nas modalidades:

15.2.2.2.1. Compensatória, de 0,5% até 5% sobre o valor do contrato, para as infrações previstas nos itens 25.1.1.1., 25.1.1.4., 25.1.1.5. e 25.1.1.6.

15.2.2.2.2. Compensatória de 0,5% até 10% sobre o valor do contrato para as infrações previstas no item 25.1.1.2.

15.2.2.2.3. Compensatória de 0,5% até 20% sobre o valor do contrato para as infrações previstas nos itens 25.1.1.3. e 25.1.1.8

15.2.2.2.4. Moratória de 0,5% por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, para as infrações previstas no item 25.1.1.7.

15.2.2.2.5. Compensatória de 0,5% até 30% sobre o valor da proposta ou contrato nas infrações previstas nos itens 25.1.1.9., 25.1.1.10., 25.1.1.11. e 25.1.1.12.

15.2.2.3. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 2 (dois) anos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, para as infrações previstas nos itens 25.1.1.2. e 25.1.1.5, 25.1.1.6. e 25.1.1.7., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.2.2.4. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, para as infrações previstas nos itens 25.1.1.3 e 25.1.1.8.

15.2.2.5. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até um ano, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, para as infrações previstas no item 25.1.1.4.

15.2.2.6. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 25.1.1.8., 25.1.1.9., 25.1.1.10., 25.1.1.11., 25.1.1.12.

15.2.2.7. A Declaração de Inidoneidade será aplicada ainda aos casos concretos que justifique a imposição de penalidade mais grave que a sanção de Impedimento de Licitar e Contratar para os casos previstos nos itens 25.1.1.2., 25.1.1.3., 25.1.1.4., 25.1.1.5., 25.1.1.6. e 25.1.1.7.

### 15.3. Da Aplicação das Sanções

15.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.3.2. A aplicação de sanções não exime o participante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar a Defensoria.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

15.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo de indenização devida à título de perdas e danos.

15.3.2.2. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, quando a primeira não se revelar suficiente, sem prejuízo da aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo.

15.3.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.3.4. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3.5. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

15.3.6. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

15.3.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do participante no CFIL/RS.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo Agente de Contratação.

16.2. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação

16.3. Os demais atos serão registrados nos autos do processo da dispensa de licitação.

16.4. As informações, atas e relatórios pertinentes à presente dispensa de licitação serão disponibilizados no site referido no item 2.2., sem prejuízo às informações prestadas ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

16.5. A homologação do resultado desta Dispensa de Licitação não implicará direito à contratação.

16.6. O contratado está sujeito a observação e cumprimento de todas as cláusulas previstas na **Minuta de Contrato – Anexo II**, mesmo na hipótese de sua substituição pela **Autorização de Execução de Serviço – AES Anexo III**.

16.7. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.8. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Termo ou aos seus anexos.

16.9. Integram este Termo de Dispensa de Licitação, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO III – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2025.

*Autoridade Competente*



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. HISTÓRICO

1.1 Em 2019, O Conselho Editorial da Revista da Defensoria Pública do Estado solicitou que fosse avaliado a implantação de uma plataforma de digital para a revista, a fim de gerenciar o processo de edição, seleção de artigos, publicação e demais aspectos do gerenciamento da revista, conforme ata de reunião 03/2019.

1.2 Em 2020, foi definido com a Diretoria de Tecnologia da Informação, como solução o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), que na realidade é uma versão traduzida do sistema de código aberto (open source) Open Journal Systems (OJS). O sistema SEER é recomendado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) como ferramenta para publicação de periódicos científicos. Este sistema é fornecido no Brasil como SaaS, onde um fornecedor disponibiliza o sistema para acesso pela internet, sem necessidade de instalação na infraestrutura de TI do cliente.

1.3 Em 12/2020 a DPERS realizou a contratação de empresa especializada neste serviço, conforme contrato de prestação de serviços 50/2020, expediente 20/3000-0000708-9, portanto completando em 12/2024 o limite de 48 meses para vigência de um contrato previsto no artigo 57, caput, inciso IV, da lei 8666/94, vigente na assinatura do contrato. Deste modo, faz-se necessária novo processo licitatório.

1.4 Para realização de nova licitação, é importante ressaltar que o uso do Sistema SEER mostra-se adequado às necessidades da Defensoria, sendo o entendimento técnico que a utilização do sistema referido, em contratação como SaaS é ainda a melhor opção para a Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

### 2. ANÁLISE TÉCNICA DA DEMANDA

2.1 O sistema OJS é um software desenvolvido pela Public Knowledge Project, uma entidade virtual sem fins lucrativos ligada as universidades da Colombia Britânica (University of British Columbia) e Universidade Stanford (Stanford University). O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) foi traduzido e customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O IBICT recomenda que se utilize somente a denominação OJS.

2.2 Por ser um sistema de código aberto, o Open Journal Systems (OJS) pode ser baixado e instalado sem custos de licenciamento. Isso, no entanto, não elimina os custos associados aos aspectos técnicos e operacionais.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2.3 Os aspectos técnicos são relativos ao trabalho de instalação, configuração e manutenção do sistema, que exigem conhecimento das ferramentas de tecnologia da informação utilizadas tais como linguagem de programação, banco de dados e outras ferramentas. O sistema OJS é desenvolvido com a linguagem PHP que não é atualmente utilizada pela equipe de desenvolvimento de sistemas da Defensoria.

2.4 Já os aspectos operacionais se referem ao uso do sistema para a finalidade para a qual foi projetado que, no caso, consiste nos processos de gerenciamento de uma revista e como estes processos são implementados no sistema OJS. Entender os requisitos e regras de negócio para operar o sistema em questão exige um conhecimento sobre o processo de editoração de revistas que não é parte das habilidades da equipe de Desenvolvimento de Sistemas da Defensoria Pública, e que, por trata-se de um conhecimento que não é específico da Defensoria, isto é, não é associado a atividade fim, não mostra-se viável deslocar integrantes da equipe para adquirir tal conhecimento.

2.5 Com este cenário, aliado ao objetivo final do sistema que é publicar a revista para público externo, o recomendado é que seja contratado uma empresa especializada, que possa fornecer o conhecimento técnico e de negócio necessário, bem como toda a estrutura de funcionamento do sistema e o suporte técnico para garantir o funcionamento do sistema.

2.6 Para estas situações a contratação do sistema na modalidade de software as a service (SaaS, software como serviço) é a ideal, pois desonera a equipe técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação de uma responsabilidade para a qual não está preparada ao mesmo tempo que disponibiliza a ferramenta para a área demandante de maneira rápida e eficiente.

### 3. OBJETO

#### 3.1 DESCRIÇÃO GERAL DO OBJETO

3.1.1 O presente termo de referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento do Sistema Open Journal Systems (OJS), na modalidade software as a service (SaaS, software como serviço) incluindo prestação de serviços técnicos de configuração e suporte técnico conforme especificações deste termo de referência.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Item	Descrição	Quantidade	Prazo de Vigência	Valor Total Estimado do Item (Valor Anual)
1	Sistema Open Journal Systems (OJS) em nuvem , para 01 (um) periódico, com armazenamento de 3 Gb, incluindo suporte técnico e serviço de assistência à equipe editorial	anual	Período de 12 meses, prorrogável conforme legislação vigente.	R\$ 6.792,00
Valor estimado mensal: R\$ 566,00				

Tabela 1 – Itens do Objeto

3.1.2 O uso do sistema poderá ser limitado apenas em relação a quantidade de armazenamento de dados contratado, não admitindo-se quaisquer restrições adicionais relativas as quantidades de itens inseridos no sistema. Também não serão admitidas cobranças por volume de dados trafegados (tráfego de rede) e outros que não constem neste termo de referência.

3.1.3 O fornecimento do OJS, item 1, será na forma de senhas de acesso para administração do sistema. Usuários externos autores ou leitores da revista utilização o sistema conforme regras de negócios a serem configuradas, sem limites de usuários.

3.1.4 Os serviços fornecidos, itens 2, 3 e 4, são considerados todos na modalidade de trabalho remoto, isto é, além do fornecimento do sistema na modalidade SaaS, assume-se que todo o serviço incluído no objeto será realizado remotamente pelos profissionais da CONTRATADA utilizando serviços de comunicação na internet, tais como Skype e similares.

### 3.2 DETALHAMENTO DO OBJETO

#### 3.2.1 ITEM 1 - SISTEMA ELETRÔNICO DE EDITORAÇÃO OPEN JOURNAL SYSTEMS (OJS)

3.2.1.1 Fornecimento do Sistema Eletrônico de Editoração Open Journal Systems (OJS),



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

conforme disponibilizado pela “Public Knowledge Project”, como solução para o processo de editoração e publicação da Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

3.2.1.2 Deve ser fornecido:

- a) Uma instância do OJS pronto para uso pela instituição;
- b) Acessível via Internet 24h por dia, 7 dias por semana;
- c) Atualização para novas versões;
- d) Múltiplas cópias de segurança (backup), armazenadas em locais geograficamente distintos pelo menos uma vez por dia;
- e) Suporte técnico em relação a problemas/requisitos da instalação;
- f) Endereço de acesso à revista no formato <https://revista.defensoria.rs.def.br>;

### **3.2.1.1 MODELO DE FORNECIMENTO DO SISTEMA**

3.2.1.1.1 O sistema SEER/OJS será disponibilizado através da internet com uso de navegador web (Edge, Chrome, Firefox e Safari), no conceito de software como serviço (SaaS). No modelo SaaS, o fornecedor do software se responsabiliza por toda a estrutura necessária à disponibilização do sistema (servidores, conectividade, cuidados com segurança da informação), e a Defensoria Pública utiliza o software via internet, pagando um valor pelo serviço.

3.2.1.1.2 O fornecedor disponibilizará senhas de acesso para a quantidade de usuários descrita no presente termo de referência.

3.2.1.1.3 O fornecedor será integralmente responsável por todos aspectos técnicos relativos ao gerenciamento dos equipamentos, softwares e demais itens necessários ao funcionamento do sistema, incluindo instalação do sistema, manutenção, backups, gerenciamento dos equipamentos de processamento de dados, gerenciamento de rede, gestão de segurança e outros componentes necessários, incluindo licenças de softwares utilizados pelo sistema tais como bancos de dados, sistemas operacionais e outros.

3.2.1.1.4 O fornecedor será integralmente responsável pela garantia da segurança contra acesso aos dados por pessoas não autorizadas. Para isso, o fornecedor deverá implementar melhores práticas de segurança da informação, incluindo, entre outras medidas: Evolução tecnológica da plataforma, atualização dos softwares utilizados, controle de acesso, ferramentas de monitoramento, planos de contingência e recuperação de desastres.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.2.1.1.5 O fornecedor deve adequar-se as normas de proteção de dados conforme Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), normas de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE e outras que forem aplicáveis ao serviço em execução.

3.2.1.1.6 O fornecedor será integralmente responsável pela garantia da continuidade de operação do sistema, incluindo a realização de cópias de segurança (backups) e procedimentos de recuperação de desastres e outros incidentes que venham a comprometer o funcionamento do sistema.

3.2.1.1.7 Durante a duração do contrato devem estar incluído no preço ofertado a disponibilização de novas versões com correção de bugs, lançamento de novas funcionalidades e aprimoramento das já existentes, melhorias de design e layout, atualização de tecnologia e outras atualizações do sistema.

3.2.1.1.8 Os equipamentos (servidores) utilizados para a execução do sistema deverão estar localizados no território nacional (Brasil).

### **3.2.2 ITEM 2 – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À EQUIPE EDITORIAL**

3.2.2.1 O serviço de assistência à equipe editorial responsável pela Revista consiste na disponibilização de equipe do fornecedor para apoiar o uso do sistema OJS, fornecido no item 1, e inclui:

- a) Busca de solução para as necessidades da Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) Solução de dúvidas acerca do funcionamento do OJS;
- c) Aconselhamento e apoio na seleção de opções oferecidas pelo OJS, auxiliando a adaptação do fluxo editorial às restrições e funcionalidades da plataforma;
- d) Oferecimento de informações técnicas sobre a plataforma OJS;
- e) Atividades que visam prestar auxílio à Equipe Editorial nos estágios do fluxo editorial, em tópicos como: Funcionamento das rodadas de avaliação, criação de formulários de avaliações, organização da equipe editorial no sistema, orientações quanto ao tamanho e uso do banner, alteração de artigos já publicados, submissão de artigos prontos para publicar sem passar pelo processo de avaliação, acompanhamento das estatísticas de acesso pelo Google Analytics, padronização das informações dos membros da Equipe Editorial, publicação de um modelo de artigo para os autores consultarem, publicação de artigos em mais de um formato (ex.: PDF, Áudio, HTML);
- f) Demais necessidades de operação e configuração do sistema OJS;



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### **3.3 PROPRIEDADE E DISPONIBILIDADE DOS DADOS**

3.3.1 Todos os dados inseridos no sistema são de propriedade exclusiva da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e não poderão ser utilizados, acessados, disponibilizados ou consultados para qualquer finalidade ou propósito sem a expressa autorização da mesma.

3.3.2 A qualquer momento durante a duração do contrato ou ao final do mesmo, a Defensoria Pública do Estado poderá solicitar cópia integral do sistema, incluindo código fonte, arquivos de configuração, demais artefatos de software componentes da solução e cópia do banco de dados de modo a permitir a migração da Revista da Defensoria para outro fornecedor, para instalação própria ou qualquer outro uso definido pela Defensoria. O fornecedor deverá disponibilizar os dados em formato digital para download.

3.3.3 Ao final do contrato, ou a qualquer momento, caso solicitado pela Defensoria, o fornecedor deverá eliminar todos os dados contidos no sistema, incluindo todas as cópias e backups.

### **3.4 SUPORTE TÉCNICO, GARANTIA E ATUALIZAÇÕES**

3.4.1 O fornecimento do objeto deste termo de referência inclui os serviços de suporte técnico, garantia e atualizações dos softwares componentes da solução durante a vigência do contrato, sem limite de utilização e sem custo adicional. O Serviço de suporte técnico deve ser incluindo no preço do item 1 e inclui dúvidas e questões técnicas sobre o funcionamento do sistema nos aspectos da tecnologia da informação. Já o Serviço de apoio à equipe editorial, item 2 do objeto, corresponde a dúvidas sobre o uso do sistema para sua finalidade, isto é, dúvidas e questões relativas ao “negócio” de publicação da revista.

3.4.2 O fornecedor deve disponibilizar, atualizações legais, relativas a mudanças na legislação aplicável, e atualização de versões para correção de bugs, falhas detectadas no sistema bem como novas versões com novas funcionalidades implementadas no sistema OJS.

3.4.3 O fornecedor disponibilizará serviços de suporte técnico, mantendo um canal para tirar dúvidas, registrar sugestões e fornecer orientações aos usuários sobre o uso do sistema.

3.4.4 O suporte técnico será prestado por meio da disponibilização de profissionais do fornecedor, durante a vigência do contrato e após passada as etapas iniciais de instalação e configuração, para atendimento de demandas relativas ao correto funcionamento da solução.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.4.5 O atendimento deverá ser realizado em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 18h.

3.4.6 As demandas a serem atendidas referem-se a dúvidas e problemas relativos a utilização da solução, relativos a administração da solução e relativos a aspectos técnicos de funcionamento da solução.

3.4.7 Os serviços de suporte técnico deve disponibilizar um canal de comunicação telefônico em horário comercial e também através de abertura de chamado em um sistema de registro de demandas disponível para uso na internet.

3.4.8 Todas as demandas ou solicitações referentes ao uso e funcionamento do OJS, genericamente denominadas de “chamados”, devem ser registradas em sistema próprio do fornecedor para acompanhamento e medição dos prazos de atendimento especificados neste termo de referência.

3.4.9 O fornecedor deverá entregar, quando solicitado pela Defensoria, relatórios consolidados dos chamados em aberto ou atendidos.

### **3.4.1 ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SERVICE LEVEL AGREEMENT – SLA)**

#### **3.4.1.1 DISPONIBILIDADE DO SISTEMA**

3.4.1.1.1 O sistema deve estar disponível e em funcionamento, permitindo o acesso dos usuários credenciados, 24 horas por dia, 7 dias por semana, correspondendo a um total de 168 horas..

3.4.1.1.2 Será exigido um nível de disponibilidade do sistema de 95%, descontadas as paradas programadas previamente acordadas com a equipe técnica da Defensoria Pública. O cálculo da disponibilidade é realizado com base na janela de disponibilidade crítica, sendo que disponibilidade de 95% semanal corresponde a 159,6 horas.

#### **3.4.1.2 DEMANDAS DE SUPORTE TÉCNICO**

3.4.1.2.1 A CONTRATADA fornecerá serviço de suporte técnico para o funcionamento da plataforma, de modo a apoiar o uso e garantir o funcionamento de acordo com as especificações do presente termo de referência.

3.4.1.2.2 O contato com a equipe de Assistência a Equipe Editorial se dá preferencialmente por e-mail ou abertura de chamado, e sempre que necessário, poderão ser agendadas videoconferências para esclarecimento de questões onde o e-mail não se mostrar a ferramenta mais apropriada.

3.4.1.2.3 A CONTRATADA deverá informar os dados para contato (e-mail e/ou plataforma



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

para abertura de chamados de suporte técnico.

3.4.1.2.4 Em casos de urgência, deve ser disponibilizado um número para contato telefônico durante horário comercial (8h-12h e 14h-18h) de segunda a sexta.

3.4.1.2.5 As demandas de suporte técnico (chamados), bem como as demandas de Assistência à Equipe Editorial, devem ser classificados segundo suas criticidades, com um prazo de atendimento conforme descrito a seguir:

3.4.1.2.5.1 Nível 1 - alto: até 1 hora a partir da abertura do chamado. Demandas de nível alto são demandas em que a solução está indisponível para todos ou para a maioria dos usuários devido ao problema/dúvida relatado.

3.4.1.2.5.2 Nível 2 - médio: até 8 horas a partir da abertura do chamado. Demandas de nível médio são demandas em que a solução está disponível para a maioria dos usuários e o problema/dúvida relatado afeta alguns usuários ou funções específicas, não impedindo o uso da solução além destas funções e usuários específicos.

3.4.1.2.5.3 Nível 3 - baixo: até 16 horas a partir da abertura do chamado. Demandas de nível baixo são demandas em que a solução está disponível e o problema/dúvida relatado está sendo contornado, temporariamente, pelos usuários administradores do sistema.

3.4.1.2.5.4 Nível 4 - não crítico: até 48 horas a partir da abertura do chamado. Demandas de nível não crítico são demandas em que a solução está disponível e o problema ou dúvida relatado não afeta sua utilização imediata. Além de problemas quanto ao funcionamento do sistema, considera-se como nível 4 as demandas relativas a novas configurações e/ou alteração de configurações existentes e outras dúvidas relativas a utilização normal do sistema.

3.4.1.2.6 O prazo de atendimento de nível não crítico pode ser negociado entre o fornecedor e a Defensoria, caso inclua demandas que necessitem um tempo de trabalho maior para sua resolução.

### **3.4.2 DA GLOSA ADMINISTRATIVA**

3.4.2.1 Caso o fornecedor venha a não atender os critérios especificados neste termo de referência, ficará sujeito, sem prejuízo das demais responsabilidades civil e criminal, a sanção de glosa, nos seguintes termos:

a) Inobservância dos prazos previstos no item **3.3.1.1 Disponibilidade do Sistema**:



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

<b>Disponibilidade Semanal do sistema na janela de disponibilidade crítica ( 159,6 horas/semanal)</b>	<b>Cálculo da Glosa Com Base no Valor mensal Referente ao Item 1 do Objeto da Contratação</b>
Menor que 50%	18,75%
De 50% e menor que 75%	12,50%
De 75% e menor que 95%	6,25%

Tabela 2 – Glosa por Indisponibilidade

d.1) A glosa será cumulativa para cada semana, considerando um mês ideal com 4 semana.

e) inobservância dos prazos previstos no item 2.4.1.2 Demandas de Suporte Técnico e assistência à equipe editorial:

<b>Nível</b>	<b>Cálculo da Multa Com Base no Valor mensal Referente à soma dos Itens 1 e 2 do Objeto da Contratação</b>
1	5,00%
2	2,00%
3	1,00%
4	0,50%

Tabela 3 – Glosas por Não Atendimentos de Demandas de Suporte

e.1) A glosa será cumulativa por período de tempo definido para o atendimento do chamado técnico e não solucionado, até o limite de 10 períodos consecutivos não observados pela contratada;

f) As glosas previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente;

g) A glosa dobrará a cada caso de reincidência, até o limite de 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

i) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;



j) A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

### 3.5 CRONOGRAMA DE ENTREGA E PAGAMENTOS

3.5.1 O pagamento será realizado contra entrega dos itens do objeto deste termo de referência.

3.5.2 Os itens do objeto devem ser entregues com prazo conforme cronograma abaixo, com início a partir do envio da ordem de início de serviço (OIS).

Item	Item de Entrega	Prazo de Entrega	Pagamento
1	Sistema de OJS	Iniciando 5 dias após OIS	Será realizado o pagamento mensal do valor do item até o 5 dia útil do mês subsequente. O primeiro pagamento será realizado após a emissão do termo de recebimento definitivo correspondente ao item.
2	Serviço de Assistência à Equipe Editorial	Iniciando 5 dias após OIS, juntamente com o item 1	Será realizado o pagamento mensal do valor do item até o 5 dia útil do mês subsequente. O primeiro pagamento será realizado após a emissão do termo de recebimento definitivo correspondente ao item.

Tabela 4 – Cronograma

3.5.3 Para o item 1 do objeto, A CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da entrega das senhas de acesso, para emitir o termo de recebimento provisório sobre o fornecimento das mesmas, e terá o prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de emissão do termo de recebimento provisório, para emitir o termo de recebimento definitivo sobre o fornecimento dos mesmos.

3.5.4 Para os demais itens do objeto, A CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de conclusão do item para emitir o termo de recebimento provisório sobre os serviços prestados e terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de emissão do termo de recebimento provisório, para emitir termo de recebimento definitivo sobre os serviços prestados.

3.5.5 O fornecedor deverá designar um profissional Técnico Responsável para



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

acompanhar a execução dos serviços e entrega dos softwares contratados.

---

**Responsável**



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

**Termo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO do Rio Grande do Sul e a [CONTRATADA], para consecução do objeto descrito na Cláusula Primeira.**

**Expediente nº: XX.30.00-XXXXXXX-X**

Contrato celebrado entre a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 74.704.636/0001-50, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 666, representada neste ato por seu representante competente pelo ato, doravante denominada **CONTRATANTE**, e ..... (pessoa jurídica), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº ....., estabelecida no(a) .... (endereço), representada neste ato por ..... (representante da CONTRATADA), RG nº ... inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, para prestação de serviços referidos na Cláusula Primeira - Do Objeto, em decorrência da Dispensa de Licitação nº .../..., processo administrativo nº ..... (número/ano), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a [**Reproduzir o texto do item 1 Objeto do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**], que serão prestados nas condições estabelecidas **Anexo I – Termo de Referência**.
- 1.2. Este contrato vincula-se ao Termo de Dispensa de Licitação, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

- 2.1. O preço contratado é de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), constante da proposta vencedora da dispensa de licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.
- 2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO FINANCEIRO

- 3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

Unidade Orçamentária:

Instrumento de Programação:



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Natureza da Despesa:

Recurso:

#### CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O prazo de execução de serviço é de **[Reproduzir prazo do Anexo I – Termo de Referência]**, a contar do recebimento da nota de empenho ou documento equivalente emitida pela CONTRATANTE.

4.2. Os serviços serão prestados no local e nas condições descritas no **Anexo I – Termo de Referência**.

4.3. O recebimento dos serviços pela CONTRATANTE se dará conforme o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos prazos estabelecidos no Termo de Referência.

4.4. O prazo para envio da nota de empenho ou documento equivalente será de até 20 (vinte) dias a contar da publicação da súmula do contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DO CONTRATO

5.1. Não será solicitada garantia de contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito contra Nota de Empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, via e-mail ao setor fiscal e deverá conter o detalhamento do serviço realizado.

6.2. Por tratar-se de execução de serviços, a CONTRATADA deverá emitir somente Nota Fiscal de Serviço.

6.3. Considerando o disposto no Decreto nº 56.662/2022, as notas fiscais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2023 deverão observar as regras de retenção para o Imposto de Renda contidas na IN RFB 1234/2012.

6.3.1. No documento fiscal, no Campo "retenções federais" deve constar apenas o valor do IRRF, pois o Estado não possui convênio com a União para retenção e repasse dos demais tributos federais (PIS/COFINS/CSLL).

6.4. Para os fornecimentos beneficiados por isenção de ICMS com fundamento no inciso CXX, art. 9º do Decreto Estadual nº 37.699, de 26 de agosto de 1997, deverá ser feita a indicação do valor do desconto e do respectivo número do empenho no documento fiscal, conforme nota 03 do mesmo inciso.

6.5. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da dispensa de licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

6.5.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do participante vencedor.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

6.6. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 92, inciso XVI, da Lei federal nº 14.133/2021;

6.6.1. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao CADIN/RS, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.6.2. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.7. A CONTRATANTE poderá reter do valor da fatura da CONTRATADA a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, pro rata die, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DO PREÇO**

8.1. O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado.

8.1.1. Considera-se data-base, para fins de reajuste, a data da elaboração do valor estimado da dispensa de licitação.

8.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2. O valor do contrato será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = P0 \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = Parcela de reajuste;

P0 = Preço inicial do contrato no mês data da elaboração do valor estimado da dispensa de licitação. ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA<sub>n</sub> = Número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA<sub>0</sub> = Número do índice IPCA referente ao mês da data da elaboração do valor estimado da dispensa de licitação ou último reajuste, conforme o caso.

### **CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

9.1. Caso o contratado pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

9.2. O não cumprimento do prazo constante no item 9.1 não implica em deferimento do pedido por parte do CONTRATANTE.

9.3. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

9.4.O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no **Anexo II – Termo de Referência** e de sua proposta.

10.1.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de documentação e qualificação exigidas na dispensa de licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.1.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

10.1.4. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente dispensa de licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

10.1.5. Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.1.6. Garantir que a gestão dos dados pessoais decorrentes do contrato ocorra com base nas Diretrizes e Normas Gerais da LGPD, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

10.1.7. Garantir que os dados pessoais envolvidos no objeto deste contrato não serão utilizados para compartilhamento com terceiros alheios ao objeto de contratação, tampouco utilizados para finalidade avessa à estipulada por este documento, salvo casos previstos em lei.

10.1.8. Garantir que os dados regulamentados pela LGPD estarão armazenados dentro do território nacional, salvo exceções de comum acordo com a CONTRATANTE.

10.1.9. Se abster de analisar o comportamento dos titulares dos dados regulados pela LGPD, com o objetivo de divulgação a terceiros, conduta esta que é expressamente vedada pelo presente contrato.

10.1.10. Garantir que a execução do objeto da contratação esteja plenamente adequada à LGPD, permitindo auditorias solicitadas pela CONTRATANTE.

10.1.11. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.12. Atender as demais obrigações previstas no **Anexo I – Termo de Referência**.

#### CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 11.1.1. Exercer o acompanhamento e o recebimento dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas.
- 11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da vigência contratual, fixando prazo para a sua correção.
- 11.1.4. Aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.
- 11.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Termo e seus anexos.

**CLÁUSULA DOZE – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1. Das Infrações Administrativas**

12.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- 12.1.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.1.4. Enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa de licitação, sem motivo justificado;
- 12.1.1.5. Apresente declaração ou documentação falsa ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.1.1.6. Pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.1.7. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

12.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

12.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

- 12.2.2.1. Advertência, para a infração prevista na subcláusula 12.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.2.2.2. Multa, nas modalidades:
  - 12.2.2.2.1. Compensatória, de 0,5% até 5% sobre o valor do contrato, para a infração prevista na subcláusula 12.1.1.1.;
  - 12.2.2.2.2. Compensatória, de 0,5% até 10% sobre o valor total do contrato, para as infrações previstas na subcláusula 12.1.1.2.;
  - 12.2.2.2.3. Compensatória, de 0,5% até 20% sobre o valor total do contrato, para as infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.3 e 12.1.1.5.;
  - 12.2.2.2.4. Compensatória, de 0,5% até 30% sobre o valor da proposta ou contrato, nas infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.5, 12.1.1.6 e 12.1.1.7



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12.2.2.2.5. Moratória, de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, para as infrações previstas na subcláusula 12.1.1.4;

12.2.2.2.6. Moratória, pela não obtenção do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade dentro do prazo referido na Cláusula 10.1.7.3 de até 0,02% por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 10%.

12.2.2.2.7. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, por até dois anos, para as infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.2 e 12.1.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2.2.8. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, por até três anos, para as infrações previstas na subcláusula 12.1.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

### 12.3. Da Aplicação das Sanções

12.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.3.2. A aplicação de sanções não exime o Contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar a Defensoria.

12.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao CONTRATANTE provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

12.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo.

12.3.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.3.5. A multa dobrará a cada caso de reincidência, até o limite de 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

12.3.6. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021.

12.3.7. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art. 41.

12.3.8. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

12.3.9. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do participante no CFIL/RS.

12.3.10. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo.

12.3.11. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12.3.12. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.3.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.3.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

### CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO

13.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do art. 137 §2º com as consequências previstas no art. 138 §2º da Lei 14.133/2021.

13.3. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

13.3.1. Levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Apuração de indenizações e multas;

13.3.4. Notificação dos emitentes da garantia prevista na cláusula quinta deste contrato, quando cabível.

### CLÁUSULA CATORZE – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado ao contratado:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper o fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### CLÁUSULA QUINZE – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### CLÁUSULA DEZESSEIS – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A fiscalização do presente contrato caberá à área requisitante do objeto, indicada no **Anexo II (Termo de Referência) do Termo**, a qual deverá, oportunamente, indicar fiscal, que será formalmente designado para acompanhar o recebimento do objeto.

16.2. A fiscalização referida no item 16.1 será exercida no interesse da CONTRATANTE.

16.3. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

16.4. A fiscalização da CONTRATANTE, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos componentes e acessórios fornecidos, podendo exigir a sua substituição quando estes não atenderem aos termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

16.5. Competirá ao Fiscal do Contrato acionar a garantia do objeto contratado, caso haja necessidade.

#### CLÁUSULA DEZESSETE – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

#### CLÁUSULA DEZOITO – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

18.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

18.2. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo CONTRATANTE.

18.3. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

18.4. O presente contrato somente terá eficácia após a assinatura das partes e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

18.4.1. Nos casos de urgência, a eficácia se dará a partir da assinatura das partes, permanecendo a exigência da divulgação no PNCP no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.5. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

#### CLÁUSULA DEZENOVE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Testemunhas: (dispensadas em caso de assinatura digital certificada).

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Nome legível:

Nome legível:

CPF nº:

CPF nº:





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### ANEXO III - AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – AES

#### AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

<b>Número da Autorização:</b>				<b>Data da Emissão:</b>			
<b>Número do Processo:</b>				<b>Unidade responsável pelo recebimento</b>			
<b>Procedimento Contratação:</b>							
<b>Número do Contrato:</b>				<b>Nome do Responsável (Fiscal)</b>		<b>Telefone</b>	
<b>Número do Empenho:</b>							
<b>Fornecedor:</b>				<b>CNPJ:</b>			
<b>Endereço:</b>				<b>Cidade:</b>		<b>UF:</b>	
<b>Representante:</b>				<b>Tel:</b>		<b>E-mail:</b>	
Lote	Item	Especificação	Marca/Modelo	Un.	Quant.	Valor	
						Unitário	Total
<b>Nº de Itens</b>		<b>Prazo de Entrega</b>	<b>Condições de Pagamento</b>			<b>SUBTOTAL:</b>	
						<b>TOTAL:</b>	
<b>Local de Entrega:</b>				<b>Cidade:</b>		<b>Tel:</b>	

**ATENÇÃO:** As mercadorias somente serão recebidas mediante a apresentação da Nota Fiscal. As Notas Fiscais não poderão conter itens de processos diferentes. Os objetos serão recebidos provisoriamente conforme estabelecido no Termo de Referência.

Considerando o disposto no Decreto nº 56.662/2022, as notas fiscais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2023 deverão observar as regras de retenção para o Imposto de Renda contidas na IN RFB 1234/2012.

No Documento Fiscal, no Campo “retenções federais” deve constar apenas o valor do IRRF, pois o Estado não possui convênio com a União para retenção e repasse dos demais tributos federais (PIS/COFINS/CSLL).

**OBSERVAÇÕES:** O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal. O documento fiscal deverá ser protocolizado via e-mail ao setor do fiscal e deverá conter o detalhamento do fornecimento realizado.

<b>Informação para faturamento</b>		<b>Ciência em:</b>	
Rua Sete de Setembro, nº 666 – 6º andar, em Porto Alegre/RS, CEP 90.010-190		<b>Responsável da Empresa:</b>	
CNPJ: 74.704.636/0001-50	Insc. Estadual: ISENTA	<b>Nome e Assinatura</b>	
<b>Autoridade Competente</b>			

Contratação submetida ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução DPGE nº 23/2023, aplicando-se quando cabível as exigências da minuta de contrato da referida Dispensa de Licitação, em especial ao disposto na cláusula doze – Das Infrações e Sanções Administrativas.